Eixo 1: Práticas de inclusão escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino
Relato de experiência

Atendimento Educacional Especializado com estudantes público alvo da educação especial na pandemia da COVID-19

Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
Graduada em Letras com habilitação em Língua Espanhola pela Universidade Federal do Pará e doutoranda e mestra em Educação Especial pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: julianedayrle@gmail.com

Milena Viana Medeiros Barbosa do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí e doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: milevmbm.15@gmail.com

Resumo: Com a pandemia da Covid-19, a sociedade precisou se reestruturar e atividades que ocorriam normalmente na modalidade presencial precisaram ser realizadas de forma não presencial, como por exemplo, a educação. Frente a isso, e repensando a possibilidade da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), esse estudo teve como objetivo relatar a experiência da oferta do AEE não presencial de duas professoras de educação especial, uma do estado do Pará e outra do estado do Piauí que atuaram, respectivamente, com um estudante com Deficiência Visual (DV) e um com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito de escolas regulares de ensino. Com base nas experiências dessas professoras, observou-se que foram inúmeras as barreiras enfrentadas para a oferta do AEE, porém foram refletidas e materializadas práticas e estratégias que beneficiaram tais estudantes no acesso a esse serviço e suas interfaces ao longo do cenário turbulento vivenciado.

Palavras-chave: Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Visual, Transtornos do Espectro Autista, Pandemia.

INTRODUÇÃO

Com as transformações na sociedade, busca-se garantir o acesso das pessoas com deficiência às instituições regulares de ensino, bem como respeitar os direitos fundamentais referentes a todos os seres humanos, de modo a romper com uma sociedade excludente e preconceituosa (MENDES, 2010).

Com a pandemia provocada pela Covid-19 e seu alto nível de contágio, a Organização

Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu como modo de prevenção: o uso de máscaras, hábitos de higienização, limitação de indivíduos em locais públicos e o distanciamento social, com o intuito de conter a disseminação da doença (BRASIL, 2020). Como forma de remediar o cenário e dar continuidade ao ano letivo, foi aprovado no Brasil o parecer n° 5, de 28 de abril de 2020, que garantia a oferta de atividades pedagógicas não presenciais na educação básica e superior. Dessa forma, ao longo dos dois anos da pandemia, foram utilizadas diferentes estratégias a fim de pôr em prática essa portaria.

Frente a esse cenário, buscou-se refletir a aplicabilidade da portaria mencionada na oferta do AEE para estudantes PAEE, modalidade não presencial. O estudo de Lima, Silva e Rebelo (2021) visou caracterizar e analisar a atuação de professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) durante a pandemia da Covid-19. Neste estudo, participaram cinco professores de SRM de uma cidade do interior do Mato Grosso do Sul.

As autoras evidenciaram que, com a pandemia, foram maximizadas as desigualdades sociais já existentes na escola. Porém, esta dificuldade revelou a potência da escola, os esforços, desafios e estratégias dos professores para dar melhores respostas e garantir aos estudantes PAEE, ainda que minimamente, a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, bem como a resiliência encontrada para superação do cenário sombrio vivenciado (LIMA, SILVA, REBELO, 2021).

Diante disso, este estudo tem como objetivo relatar a experiência da oferta do AEE não presencial de duas professoras de educação especial, uma do estado do Pará e outra do estado do Piauí que atuaram, respectivamente, com um estudante com Deficiência Visual (DV) e um com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas regulares de ensino.

É importante a divulgação de estudos que evidenciem práticas exitosas realizadas por professores da educação especial e que podem servir como modelo e inspiração a outros professores, considerando, em suas replicações, as singularidades dos diferentes contextos, pretendendo beneficiar e ampliar as possibilidades da garantia do aprendizado com qualidade de todos os estudantes, sendo eles pessoas com e sem deficiência.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A primeira experiência ocorreu em uma escola pública municipal de uma cidade de médio porte do estado do Pará. A escola dispunha de 50 anos de existência e ofertava ensino fundamental anos finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na escola, três professores de educação especial estavam lotados e atuantes na SRM. Por conta da demanda da matrícula de um estudante com baixa visão, foi realizada a contratação de uma professora de educação especial – *brailista* – como apoio à inclusão escolar do estudante em questão. A referida professora possui formação em Letras – Língua Espanhola, Pedagogia, Especialização em Atendimento Educacional Especializado e Mestrado em Educação Especial. Já havia atuado como profissional de apoio escolar com crianças com TEA e como professora auxiliar de uma estudante cega em uma especialização.

O aluno acompanhado, com idade de 13 anos, era filho único, cursava o 6º ano do ensino fundamental, em que possuía 12 disciplinas. Ele apresentava muitas dificuldades devido ao volume inacessível de atividades e materiais. A professora foi designada para propiciar acessibilidade, para que fosse equiparada as oportunidades de aprendizagem.

No outro relato, na escola do Piauí, são atendidos pelo AEE, em média, 315 alunos dos segmentos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. No ensino fundamental, segmento pesquisado neste estudo, a professora da educação especial atua em parceria com os professores da classe comum de todos os anos.

A professora do Piauí é irmã de uma pessoa com diagnóstico de Paralisia Cerebral Severa. Com isso, ela observou diariamente suas necessidades e desenvolveu estratégias que facilitassem sua aprendizagem e melhorassem sua qualidade de vida. Sua formação inicial é em Pedagogia, também possui Mestrado e é Doutoranda em Educação. Aliada a essa experiência pessoal, é professora do AEE da escola destacada neste estudo há 8 anos.

O aluno que destacamos neste estudo estava cursando o 7° ano do ensino fundamental, tem autismo com nível de ajuda severo, sendo acompanhado pela professora da educação especial desde o 2º ano do ensino fundamental na referida escola. Desse modo, na pandemia, foram utilizados alguns serviços da Tecnologia Assistiva no processo de ensino e aprendizagem deste aluno, principalmente atividades modificadas, atendendo às suas necessidades, bem como a realização de aulas específicas das disciplinas de Português e Matemática.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O AEE com o estudante com DV no estado do Pará

Na escola do Pará, o AEE no modelo de SEM foi suspenso, devido à impossibilidade da frequência presencial dos estudantes PAEE. Com isso, os professores de educação especial desempenharam papéis de parceria e consultoria junto aos professores do ensino regular. De acordo com a realidade dos estudantes da escola, foi pensada em duas possibilidades para a oferta do ensino: aulas síncronas no grupo do *WhatsApp* e cadernos impressos de atividades.

Em contrapartida, a professora de educação especial, ao ser contratada para atender ao estudante com baixa visão, observou que sua atuação precisaria ser direcionada ao tripé: estudante, escola e família. Imediatamente, a professora buscou informações com outros docentes e com a instituição anterior onde o aluno estudava para mapear as necessidades e estratégias a serem utilizadas com ele. Por meio de ligações de vídeo via *WhatsApp,* a professora buscou se aproximar, conhecer os interesses e as motivações do aluno para assim dar início às propostas de intervenção.

Destaca-se que o estudante apresentava agenda médica frequente devido a uma cirurgia que iria realizar, influenciando na frequência e interesse na participação das aulas. O aluno ainda não possuía uma leitura funcional e com isso foram combinados encontros por videochamada e atividades lúdicas de acordo com o interesse do estudante para serem impressas e entregues a ele.

Além da atuação direta com o aluno, a docente realizava parceria com os demais professores nas aulas síncronas do *WhatsApp* e eram sinalizados aspectos relacionados à acessibilidade das aulas e materiais disponibilizados, pensando em formas de beneficiar o acesso aos conteúdos em igualdade de oportunidade que os demais alunos. É importante ressaltar que não era uma tarefa fácil, já que os professores não tinham essa prática estabelecida com paridade com docentes da educação especial.

Por fim, outra frente atendida pela professora era a família, representada pela mãe do garoto. Foi realizado um trabalho de conscientização das potencialidades e demandas a

serem priorizadas, bem como as motivações familiares a serem desenvolvidas, fazendo com que houvesse o envolvimento de todos os sujeitos, pertencentes a rede de apoio do aluno, para dar o protagonismo necessário para o aluno e para a família. A professora reforçou e buscou disseminar práticas de atuação e resolução de demandas no coletivo, diminuindo o centralismo no professor e as sobrecargas narradas pela mãe, almejando beneficiar o aprendizado e a participação do aluno de modo efetivo nas aulas.

O AEE com o estudante com TEA no estado do Piauí

Na escola do Piauí, o AEE funciona com o objetivo de otimizar a sala regular, fato este que não sofreu alteração com a ocorrência da pandemia da Covid-19. Assim, o profissional da educação especial, bem como os professores da sala comum, tinha como metas para o alunado PAEE a identificação das barreiras e a seleção de recursos e técnicas que foram utilizados durante o processo de escolarização neste período.

O trabalho do AEE desenvolvido nesta instituição baseia-se no decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, com o objetivo de garantir os recursos, equipamentos e materiais pedagógicos para as pessoas com deficiência. Dessa forma, foram desenvolvidas pelo AEE atividades, tais como: adaptação de atividades e provas; produção de recursos pedagógicos; atendimento do aluno de acordo com as habilidades específicas (coordenação motora fina, escrita, leitura, raciocínio lógico matemático); aplicação de provas (leitura) e a realização de encontro periódico para o desenvolvimento dessas atividades de forma remota.

Assim que as aulas remotas começaram, foi estabelecido um cronograma específico para o referido aluno, o qual era dividido entre as aulas com os professores da sala comum; e as aulas de Português e Matemática passaram a ser ministradas pela professora da educação especial, pois o aluno ainda estava em processo de alfabetização. Foram utilizados jogos, vídeos, material concreto e atividades modificadas, pois o aluno ficava muito disperso nesse contexto.

Para a disciplina de Português, foram utilizados textos curtos com enunciados coloridos e imagens representando as ações destacadas de cada parágrafo. Além disso, os textos foram divididos na atividade, dois parágrafos para três ou quatro itens de questionamento. Já

em Matemática e Geometria, foram utilizados objetos concretos para as atividades de raciocínio lógico e operações, aplicativos no celular, como: O Rei da Matemática, Matemática Rápida e Truques Matemáticos, e a inserção da calculadora nas operações que continham mais de três algarismos.

Na disciplina de Inglês, foram utilizadas estratégias com vídeos sobre os assuntos e *flashcards*. Já nas disciplinas de História, Geografia e Ciências, o foco foi nas atividades diferenciadas que possuíam enunciados diretos, imagens e textos curtos para que o aluno respondesse aos questionamentos com autonomia, pois estava no processo de aquisição da leitura e da escrita. Além disso, foram utilizados vídeos no *YouTube* e jogos.

Ressalta-se que este aluno ainda estava em processo de consolidação da alfabetização, pois possui autismo severo e distorção idade/série. Apesar disso, ele continuou avançando na aquisição da escrita e da leitura, principalmente através dos jogos e uso do computador, aspectos esses otimizados pelo formato remoto. As atividades avançaram, apesar dos muitos conflitos que existiram entre a escola e a família, principalmente no que diz respeito à execução das atividades impressas.

CONCLUSÃO

A educação e a oferta do AEE precisaram ocorrer de modo não presencial e com isso foram refletidas e problematizadas estratégias a serem utilizadas nos diferentes contextos, considerando as singularidades e os recursos disponíveis. Por meio dos dois relatos sobre duas professoras de educação especial, evidenciou-se que, mesmo com as barreiras, foi possível a continuidade e a aplicabilidade de propostas assertivas que atendessem aos alunos PAEE. Foi ressaltado que o AEE não pode se resumir à atuação somente com o estudante PAEE e que deve ser ampliado para as outras frentes, dentre elas o envolvimento com a escola, os demais professores e a família.

A importância da divulgação de estudos que evidenciem práticas exitosas realizadas por professores da educação especial pode servir como inspiração a outros professores, considerando, em suas replicações, as singularidades dos contextos, no intuito de beneficiar e ampliar as possibilidades da garantia do aprendizado com qualidade a todos os estudantes,

sendo eles pessoas com e sem deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio. Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavírus. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

LIMA, L. B. V.; SILVA, A. M. da; REBELO, A. S. O atendimento educacional especializado na pandemia de Covid-19: práticas dos professores das salas de recursos multifuncionais 1: Specialized educational service in the covid-19 pandemic: teachers' practices in multifunctional resources classrooms. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021. Acesso em: 28 set. 2022.

MENDES, E. G. Tendências atuais na área de formação do professor e a perspectiva de inclusão escolar. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.